

CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS EM SITUAÇÃO DE RUA - CONSIDERAÇÕES E DESAFIOS

Míria Kayny da Silva Leão¹
Edna Johana Mondragón Sánchez²
Andrea Rodriguez Lannes Fernandes³
Neiva Francenely Cunha Vieira⁴

RESUMO

A situação de pessoas afetadas pela insegurança social no Brasil, especificamente os jovens e adolescentes que vivem em situação de rua, são assuntos importantes, entretanto insuficientes diante das limitações e das barreiras existentes na execução de programas sociais. Trata-se de um relato de experiência com objetivo de apresentar os resultados de uma oficina "Fortalecendo colaboração dos serviços para promoção social e de saúde de crianças e adolescentes em situação de rua", na perspectiva de seus 64 participantes, dentre pesquisadores do Família, Estudo, Pesquisa e Extensão (FAMEP), da Fundação Oswaldo Cruz - Unidade Ceará e Universidade de Dundee – Escócia, alunos de pós-graduação em enfermagem da Universidade Federal do Ceará, representantes da prefeitura municipal de Fortaleza, conselheiros tutelares, educadores sociais e representantes de entidades não governamentais. Utilizou-se a técnica do mapa reflexivo para discussão em grupos do tema: Prevenção de adolescentes e jovens em condição de situação de rua na cidade de Fortaleza. Em conclusão foi possível perceber que a atenção prioritária aos adolescentes e jovens que vivem em situação de rua constitui desafio complexo e multifatorial, e que debates como esse possibilitam compreender as necessidades e particularidades desse grupo, sobretudo, o compartilhamento de ideias, atividades e práticas que fomentem a integralidade do cuidado.

Palavras-chave: Pessoas em situação de rua, Saúde Integral do Adolescente, Assistência social, Saúde, Políticas públicas.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do capitalismo, a urbanização acelerada, a hegemonia neoliberal, entre outros termos que representam a nova ordem mundial, têm produzido, entre outros efeitos, um aumento considerável da exclusão social, o que suscita possíveis rupturas sociais capazes de comprometer o sonho de uma sociedade democrática e justa (PAIVA, et al. 2016).

¹ Mestranda do Programa de Pós Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Ceará - UFC, mkleao@hotmail.com;

² Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Ceará – UFC, ejmondragon@uniquindio.edu.co;

³ Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Professora da Universidade de Dundee - Escócia, a.rodriguez@dundee.ac.uk;

⁴ PhD pela Universidade de Bristol da Grã-Bretanha. Professora titular pela Universidade Federal do Ceará – UFC, neivafrancenely@hotmail.com.

Nesse contexto, há um número cada vez maior de pessoas excluídas dos direitos sociais básicos, como educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança e outros, e até mesmo dos direitos humanos, com alguns grupos relegados à invisibilidade. É nessa categorização que encontramos a População em Situação de Rua (PSR) (PAIVA, et al. 2016).

Entretanto, apesar do crescimento visível, o Brasil não conta com dados oficiais sobre a PSR. Nem o censo demográfico decenal, nem as contagens populacionais periódicas incluem entre seus objetivos sequer a averiguação do número total da população não domiciliada. Esta ausência, entretanto, justificada pela complexidade operacional de uma pesquisa de campo com pessoas sem endereço fixo, prejudica a implementação de políticas públicas voltadas para este contingente e reproduz a invisibilidade social da população de rua no âmbito das políticas sociais (NATALINO, 2016).

Além da necessidade de dados quantitativos sobre a PSR, faz-se necessário conhecer as diferenças encontradas neste grupo, abordando a existência de populações de rua, com diferentes perfis. Tal heterogeneidade deve ser observada desde as singularidades individuais até as particularidades de perfis referentes ao sexo, idade, escolhas, o trânsito entre cidades ou fixação em uma região, fontes de renda, a situação de dependência ou não sob o uso de diferentes drogas, o histórico familiar de pertencer ou não a uma geração subsequente de moradores de rua, entre outros aspectos (CASTRO, 2018).

Nesse contexto de problemática do risco e de vulnerabilidade social, assumem posição de destaque para as discussões e fomento de políticas públicas, os jovens e adolescentes que vivem em situação de rua. Muitos estudiosos enfatizam o necessário aprofundamento e reconhecimento de questões sociais principalmente relacionadas à esses grupos por os considerarem cidadãos que vivenciam frágil ou nulo acesso a seus direitos.

Na Escócia, através do programa *Smile4life*, foi realizado um mapeamento reflexivo dos serviços que atendem as pessoas em situação de vulnerabilidade e risco, onde houve a colaboração das principais organizações não governamentais que trabalhavam com a população de rua, bem como com os formuladores de políticas públicas voltadas para prevenir e reduzir a desigualdade social. Essa estratégia foi criada como resposta aos desafios encontrados durante a formulação de políticas públicas, como a falta de conhecimento dos serviços existentes direcionados a essa população. Os resultados deste mapeamento estão sendo usados pelo plano estratégico de cinco anos para prevenir e combater a falta de moradia na cidade de Dundee (RODRIGUEZ, 2019).

Nesse sentido, essa reflexão se faz relevante, pois proporciona aos profissionais de saúde, acadêmicos, comunidade e gestores a sensibilização acerca da temática, o reconhecimento dessa população, em especial adolescentes e jovens, enxergando-os como sujeitos que vivem em situação de vulnerabilidade, mas que possuem potencialidades. Além de possibilitar uma visão crítica das novas exigências do mundo contemporâneo que requer novas atitudes e novas posturas para ações de inclusão social, contribuindo para mais ações inclusivas, promovendo cuidado individual e direcionado para as suas necessidades.

O presente estudo tem como objetivo de apresentar, na perspectivas dos participantes de uma oficina, as condições de adolescentes e jovens que vivem em situação de rua no município de Fortaleza, Ceará.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência construído a partir de uma oficina que aconteceu no dia 4 de julho de 2019 com 64 participantes, dentre, pesquisadores do Família, Estudo, Pesquisa e Extensão (FAMEP), Fundação Oswaldo Cruz - Unidade Ceará e Universidade de Dundee – Escócia, alunos de pós-graduação em enfermagem da Universidade Federal do Ceará, representantes da prefeitura municipal de Fortaleza, conselheiros tutelares, educadores sociais e representantes de entidades não governamentais.

A oficina, construída através da técnica do mapa reflexivo, constituiu um espaço de interação e construção de conhecimento, que possibilitou a todos os presentes a troca de saberes e práticas sobre os adolescentes e jovens que vivem em situação de rua na capital cearense, bem como sua caracterização e formas de acesso aos equipamentos de saúde e assistência social.

O mapa reflexivo atua como técnica para negociar significados, aproximando compreensões e favorecendo a expansão da rede de conhecimentos. Negociar significados é compartilhar e analisar compreensões, o que somente pode ser realizado quando se está com o outro, dialogando, “estabelecendo contrapontos de presenças e ausências, silêncios e falas, dúvidas e certezas, alegrias e conflitos (BORUCHOVITCH, 2010).

A oficina aconteceu a partir da discussão do tema: “Prevenção de adolescentes e jovens em condição de situação de rua”, na qual os participantes foram divididos três grupos distintos para responder e debater as seguintes perguntas: Quem são os adolescentes e jovens mais em

risco?; Quais os principais problemas e demandas sociais e de saúde?; Quais os serviços de apoio de disponíveis?; Quais ideias para melhorar as articulações entre os serviços?

Inicialmente, os grupos foram reunidos em salas separadas para discussão entre seus integrantes e construção de painéis expositivos com as principais respostas de cada pergunta. Em seguida, cada grupo teve 30 minutos para apresentar os resultados aos demais.

Neste estudo, a análise dos resultados foi realizada a partir de uma síntese de todas as respostas com base nos relatos dos participantes (P1, P2, P3 ...).

DESENVOLVIMENTO

A Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), traz em sua base o conceito ampliado de saúde e seu referencial teórico como um conjunto de estratégias e formas de produzir saúde através da consolidação de práticas voltadas para indivíduos e coletividades, em uma perspectiva de trabalho multidisciplinar, integrado e em redes (BRASIL, 2015).

Além disso, a PNPS enfatiza a importância da articulação das políticas públicas de saúde conquistadas por populações específicas com as demais redes de proteção social dentre as quais se encontram as Políticas Nacionais de Saúde Integral de Populações Específicas, como os adolescentes e jovens (BRASIL, 2015).

A atenção prioritária à saúde do adolescente vem sendo orientada por projetos e programas com vistas à garantia da singularidade que é peculiar nesta fase do ciclo de vida. No entanto, é visto que o cuidado dispensado a este grupo continua fragmentado, apresentando fortes evidências de práticas voltadas para o assistencialismo, que se opõem às concepções da PNPS (GOYANNA; DIAS; NETTO, 2015).

De acordo com Walselisz (2014), a adolescência constitui um processo fundamentalmente biológico, na qual ocorre uma profunda transformação, que se acelera o desenvolvimento cognitivo e a estruturação da personalidade, sendo necessário entendê-la como um período prolongado de transição e não como um marco de processos definidos para alcançar as responsabilidades e o status de adulto, através de uma formação compartilhada entre a família e a comunidade, onde cada ator desenvolve um papel na formação do seu adolescente.

Além disso, o desenvolvimento do adolescente sofre forte influência das desigualdades e injustiças sociais a que são submetidos, assim como do tipo de relação interpessoal prevalente nos diversos ambientes de convívio, como: a escola, o grupo de amigos e a família. Observa-se

que o meio interfere diretamente na conduta e na formação do adolescente, sendo um fator de extrema relevância na análise das situações de violência e delinquência juvenil, bem como de situações de rua (MONTE *et al.*, 2011).

A população de adolescentes é formada por um grupo heterogêneo em termos de sexo, idade, raça e história de vida. Dentre estes, destacam-se, especialmente, aqueles que vivem em extrema vulnerabilidade e que fazem das ruas suas moradias. Essa situação é ainda mais grave para o processo de desenvolvimento. Quando um adolescente ou jovem se vê obrigado a viver nas ruas é porque já lhe foram negados outros direitos anteriormente, e essa trajetória de violações terá impacto no seu processo de crescimento e amadurecimento (SALZGEBER, 2012).

Partindo desta realidade no contexto brasileiro, o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes propõe, na meta 49, a redução, até o ano de 2020, de 85% do número de crianças e adolescentes em situação de rua, a partir do fortalecimento das ações previstas no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Entretanto não existe, no Brasil, dados oficiais sobre a quantidade e o perfil de crianças e adolescentes em situação de rua (BRASIL, 2017).

Essa ausência de informações pressupõe a invisibilidade desta temática, dificulta a avaliação dos impactos das políticas públicas direcionadas à adolescentes e jovens que vivem nas ruas, bem como interfere negativamente no planejamento de políticas estratégicas que possam garantir direitos sociais básicos.

Desse modo, percebe-se a necessidade de novas discussões com vista à preencher as lacunas no atendimento desses grupos que se encontram em vulnerabilidade social, reconhecendo suas necessidades e promovendo a proteção integral por meio de serviços e programas que respondam as situações de abandono e de ineficiência política para com as crianças, adolescentes e jovens em situação de rua.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tema: Prevenção de adolescentes e jovens em condição de situação de rua.

Quem são os adolescentes e jovens mais em risco?

De acordo com as apresentações, os adolescentes e jovens com risco para viver nas ruas são os filhos de famílias carentes, negros, que moram em periferias, com baixa renda e que fazem parte de programas de assistência social como bolsa família, contando, às vezes, apenas com esse tipo de renda. Além desses, têm risco para viver nas ruas os adolescentes e jovens que estão fora da escola, que vivem em situação de negligência da familiar, que sofreram ou sofrem abuso sexual, que são homossexuais, ou que fazem uso de drogas e trabalham para facções criminosas.

PI: [...] crianças e adolescentes que saíram de casa para trabalhar, é ... pessoas LTBTs e mais que muitas vezes não são aceitas e acabam sendo expulsas de casa ou decidem sair de casa por não aguentarem o ambiente familiar, é ... adolescentes em situação de vulnerabilidade sociodemográfica e socioeconômica também. Então são aqueles adolescentes que vivem na linha de pobreza ou de extrema pobreza, aqueles que não têm acesso à educação, onde os pais também não tiveram um acesso à educação, e outros diversos problemas que envolvem a questão econômica e de estrutura familiar, né, uma estrutura familiar não muito bem consolidada. É ... Ah! Também adolescentes que fazem uso de drogas ou que convivem com pessoas que fazem uso de drogas, são os potenciais que estão em risco [...].

Quais os principais problemas e demandas sociais e de saúde?

Os principais problemas sociais e de saúde citados, relacionados à população de rua foram: problemas familiares como o desentendimento entre filho(a) e padrasto/madrastra, abuso sexual, violência doméstica, evasão escolar, trabalho infantil, falta de diálogo entre familiares, falta de sensibilidade ou negligência por parte dos profissionais em não fazer a busca ativa desses adolescentes e jovens. Poucos programas que atendem ou dão suporte a essa população. Poucas unidades de escuta e acolhimento. Adolescentes e jovens sem documentos, uso de álcool e/ou drogas, barreiras de acesso aos serviços de saúde como pouca quantidade de unidades básicas de saúde dentro das áreas de maior vulnerabilidade.

PI: “ [...] dentre os vários problemas a gente consegue elencar: evasão escolar, o que acarreta em problemas de formação acadêmica, o que dificulta emprego, achar emprego, o que dificulta também a obtenção de renda; exclusão do adolescente e jovem vivendo em situação de rua do próprio sistema de ensino, então esse sistema de ensino não consegue se adaptar, se adequar a receber essas demandas; existem políticas públicas, no entanto, elas são

desarticuladas, e meio que, não operacionais, existe o que deve ser feito, mas a operacionalização é difícil, não é tão clara. [...] ”

P2: “[...] existem vários tipos de violência contra esses adolescentes e jovens, eles buscam esses serviços de atenção, sejam sociais de saúde, o que acaba dificultando o acesso desse público aos serviços. A gente encontra os conflitos familiares, conflitos de território com relação as facções, a exploração econômica, a exploração sexual, a violência, o estigma, né, a exclusão desses adolescentes. [...] ”

Quais os serviços de apoio de disponíveis?

- Programa Ponte de Encontro

Programa ofertado pela Fundação da Criança e da Família Cidadã (FUNCI) de forma continuada e programada, com a finalidade de assegurar um trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras. Busca a resolução de necessidades imediatas e promove a inserção na rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia dos direitos. Para ser atendido pelo Programa, é necessário ter de zero a dezoito anos incompletos e estar em situação de rua.

- Conselho tutelar

Órgão autônomo, essencial ao Sistema de Garantia de Direitos, responsável por zelar pelo cumprimento dos direitos de crianças e adolescentes.

- Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)

Equipamento da Proteção Social Básica, visa a prevenção da ocorrência de situações de vulnerabilidade social e risco nos territórios.

- Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)

Equipamento da Proteção Social Especial de Média Complexidade, visa o trabalho social com as famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social por violação de direitos.

- **Estratégia Consultório de rua**

Foi instituída pela Política Nacional de Atenção Básica, em 2011, e visa ampliar o acesso da população em situação de rua aos serviços de saúde, ofertando, de maneira mais oportuna, atenção integral à saúde para esse grupo populacional.

- **Rede CUCA**

É uma rede de proteção social e oportunidades formada por três Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (CUCAS), mantidos pela Prefeitura de Fortaleza, por meio da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude. Geridos pelo Instituto CUCA, os Cucas Barra, Mondubim e Jangurussu atendem, prioritariamente, jovens de 15 a 29 anos, oferecendo cursos, práticas esportivas, difusão cultural, formações e produções na área de comunicação e atividades que fortalecem o protagonismo juvenil e realizam a promoção e garantia de direitos humanos.

- **Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS)**

São unidades especializadas em saúde mental para tratamento e reinserção social de pessoas com transtorno mental grave e persistente.

- **Rede Aquarela**

Criada em 2005 também pela FUNCI, articula e executa a Política Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil, realizando ações de prevenção, mobilização e atendimento especializado para vítimas de violência e suas famílias em parceria com as instituições que compõem os eixos de promoção, defesa e controle social do Sistema de Garantia de Direitos.

- **Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro POP)**

Unidade pública que oferta serviço especializado para as pessoas em situação de rua. São ofertados atendimentos individuais e coletivos, oficinas, atividades de convívio e socialização, além de ações que incentivem o protagonismo e a participação social das pessoas em situação de rua.

- Voluntários

Abrigos ou serviços oferecidos pela população civil como ajuda a população de rua.

P2: [...] *O CRAS, o CREAS, CAPS, conselho tutelar, escola, ONGs, associações comunitárias né, a saúde, então nós acreditamos que são esses serviços né, eles se constituem o que a gente entende de rede né, esse sistema de garantia de direito né, então nós acreditamos que nós podemos contar com essa rede. Agora como é que elas vão se articular? Como é que essas redes vão se encontrar? Como é que elas vão caminhar juntas? [..].*

Quais ideias para melhorar as articulações entre os serviços?

Dentre as ideias citadas durante as apresentações, destacaram-se a criação de um centro intersetorial para o encaminhamento e atendimento da PSR. Criação de um Sistema Único Online onde seriam registradas todas as informações dos adolescentes e jovens para facilitar a continuidade do cuidado, sem perdas de informações ou atrasos durante o atendimento. Destacaram-se também o incentivo à representação dessa população vulnerável dentro das organizações e dos conselhos, pois apesar da Lei 8.142/1990 que garante a representação dos usuários nos Conselhos de Saúde e Conferências de forma paritária, essa população ainda desconhece seus direitos.

P3: [...] *e a outra sugestão é a criação de um sistema único de monitoramento, não sei se essa palavra seja a mais adequada, monitoramento, mas acho que vocês vão entender. Então, criação de um sistema único para monitoramento da pessoa em situação de rua, integrando todos os serviços disponíveis, pra que não exista um arquivo de cada instituição, para que seja um arquivo do adolescente ou do jovem, em que cada instituição alimente, mas que você possa ter ideia de um todo, que cada instituição também possa ter ideia de um todo desse adolescente, desses jovem de acordo que eu vou integrar todas as informações numa caixa, né, é até o que a gente estava discutindo, não adianta nada eu conhecer esse adolescente com o meu olhar, se ele não é apenas aquela parte, ele é um todo, né, e se ele participa de vários projetos, então essas informações elas precisam ser guardadas em um único local para que todos tenham acesso e que não haja perda de informação, né, que não entre várias vezes no mesmo serviço, que saibam o histórico, por quais serviços passou, qual a demanda de saúde [...]*

Em suma, o relato de cada grupo evidenciou que atenção prioritária aos adolescentes e jovens que vivem em situação de rua constitui desafio complexo e multifatorial, seja pela dificuldade de articulação entre os serviços assistenciais, seja pelo desconhecimento dessa população sobre seus direitos.

Pois, apesar de 29 anos de criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, ainda há pouca sensibilização por parte dos gestores na implementação e execução de programas voltados para adolescentes e jovens em situação de rua. Percebe-se um distanciamento considerável entre o ideal jurídico da garantia dos direitos conquistados por esses jovens e a realidade dos direitos violados.

Aprofundar sobre o acesso aos serviços assistenciais e de saúde direcionados para grupos vulneráveis, bem como falhas e suas possíveis resoluções, são pontos importantes e necessários. Visto que mesmo existindo políticas de promoção da equidade, tais ofertas ainda têm se mostrado insuficientes para suprirem as necessidades desses grupos sobretudo os problemas de saúde que os afetam.

À vista disso, para se compreender, de fato, as condições de adolescentes e jovens que vivem em situação de rua, é preciso que a sociedade, profissionais de saúde e gestores busquem uma aproximação a esse grupo, com a perspectiva de entender suas particularidades, possibilitar o compartilhamento de ideias, atividades e práticas que fomentem a integralidade do cuidado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A oficina promovida pelas instituições Fundação da Criança e Família Cidadã (FUNCI), Universidade Federal do Ceará, por meio de pesquisadores e alunos da pós-graduação em Enfermagem do Família, do grupo de pesquisa Estudo Pesquisa e Extensão (FAMEP), da Fundação Oswaldo Cruz - Unidade Ceará e Universidade de Dundee - Escócia. O evento possibilitou conhecer e caracterizar os adolescentes e jovens que vivem em situação de rua no município de Fortaleza, Ceará. Reconhece-se a importância de cada relato, em especial dos educadores e conselheiros sociais que estão diariamente inseridos dentro do contexto vivido por essa população, pois possibilitam apresentar um mapeamento reflexivo sobre a temática e fomentar novas ideias a serem utilizadas pela administração pública para benefício das crianças, adolescentes e jovens em situação de rua.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde: PNPS: revisão da Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006**. Brasília (DF): Ministério da Saúde. 2015.

BRASIL. **Diretrizes nacionais para o atendimento as crianças e adolescentes em situação de rua**. Campanha Nacional Criança Não é de Rua. Ministério dos Direitos Humanos. 2017.

BORUCHOVITCH E.; SOUZA, N. A. Mapa conceitual: seu potencial como instrumento avaliativo. **Pro-Posições**. v. 21, n. 3, p. 173-192, 2010.

CASTRO, L. Z.; ANDRADE, M. C.; CHERNICHARO, R. L. A população em situação de rua e a busca pelo sentido da vida: uma questão de sobrevivência. **Pretextos – Revista da Graduação em Psicologia PUC Mina**. v. 3, n. 6., P. 223-235, 2018.

GOYANNA N. F.; DIAS, M. A. S.; NETTO, M. J. J. Promoção da saúde e a produção de instrumentos para o adolescente: revisão integrativa. **Rev enferm UFPE online**. Recife, 9 (Supl. 7), p. 9104-9110, 2015.

MONTE, F. F. C.; SAMPAIO L. R.; ROSA FILHO J. S.; BARBOSA L. S. Adolescentes autores de atos infracionais: psicologia moral e legislação. **Psicologia & Sociedade**, v. 23, n. 1, p. 125-134, 2011.

NATALINO, M. A. C. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil**. Texto para discussão. n. 2246. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília 2016.

PAIVA, *et al.* Direito à saúde da população em situação de rua: reflexões sobre a problemática. **Ciênc. saúde colet.** v. 21, n. 8. p.2595-2606, 2016 .

RODRIGUEZ, A; BEATON, L.; FREEMAN, R. Promoção de saúde, saúde oral e bem estar psicossocial para a população homeless na Escócia: a experiência de implementação do programa *Smile4life* associado às políticas de habitação e de integração dos serviços. **O Social em Questão** - Ano XXII. n. 44. p. 139-170. 2019.

SALZGEBER, S. B. Adolescentes em situação de rua: desafios e possibilidades. **Responsabilidades**, v. 1, n. 2, p. 323-343, 2012.